

Turismo, cultura e desenvolvimento entre sustentabilidades e (in)sustentabilidades

Luzia Neide Coriolano
Claudia Leitãoⁱⁱ

Universidade Estadual do Ceará (Brasil)

Resumo: O turismo é um dos fatores de aceleração do desenvolvimento contemporâneo, e de intensificação das relações sociais, típicas do modo de produção capitalista. Trata-se de atividade que necessita do uso e da apropriação de ambientes naturais e culturais, produzidos pelo trabalho, para transformá-lo em espaço de lazer e consumo. Faz parte da dinâmica atual da mundialização do capital, que cria territorialidades, como forma de responder às crises da acumulação global, envolvendo, além do mercado, o Estado e a Sociedade Civil. É ainda um serviço de suporte à recuperação do trabalho humano, ao progressivo crescimento das relações do trabalho industrial, comercial e financeiro dos diversos mercados internacionais, além de, enquanto produto de exportação, constituir-se em uma das principais mercadorias do comércio exterior. É um setor afeito a mitologias, ora é considerado panacéia capaz de resolver os problemas socioeconômicos dos países periféricos, ora é interpretado como indústria selvagem, capaz de destituir comunidades de suas marcas identitárias e de sentimentos de pertença. Há, pois, na atividade turística, elementos contraditórios. Este artigo reflete sobre os significados, contradições e desafios relativos à sustentabilidade do turismo, em face dos significados do desenvolvimento adotados pelas políticas governamentais e sua desconexão com as políticas de cultura que podem contribuir, em valores e diretrizes, para a construção do turismo solidário, voltado para o fomento da diversidade cultural e qualidade de vida das populações.

Palavras chave: Turismo; Cultura; Territorialidades; Local; Comunidades; Sustentabilidades.

Abstract: The tourism is one of the factors of the contemporary development and of the intensification of the social relationship, typical of the capitalist production model. It is an activity that requires the use and the appropriation of natural and cultural environments, produced by work, to turn it into spaces of leisure and consumption. It is part of the current dynamic of the capital, which creates territorialities, like an answer to the crises of global accumulation, involving the market, the State and the Civilian Society. It is also a service that supports the recovering of the human work, to the progressive growth of the industrial, commercial and financial work relationships of the several international markets, besides, as an export product, to be constituted in one of the main merchandise of the foreign trade. It is a sector accustomed to mythologies, sometimes is considered the solution capable to solve the socioeconomic problems of the outlying countries and sometimes is seen as a savage industry, capable to destroy the identity of communities. This article reflects about the meanings, contradictions and challenges related to tourism sustainability, facing of the meanings of the development adopted by the government policies and its disconnection with the culture policies that may contribute, in value and guidelines, to the construction of the solidary tourism, turned to the foment of the cultural diversity and the living quality of the local populations.

Keywords: Tourism; Culture; Territorialities; Local; Communities; Sustainability.

ⁱⁱ • Profa. Dra. Luzia Neide Coriolano; Profa. Dra. Claudia Leitão. Mestrado Acadêmico em Geografia e do Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos, da Universidade Estadual do Ceará. Email: luzianide@hotmail.com

Introdução

O turismo é um campo de estudo afeito a tensões e antinomias. De um lado, é considerado um dos fatores de aceleração do desenvolvimento moderno e, de outro, da intensificação das redes de relações sociais no planeta ((características do novo século). As imagens do turismo consolidadas ao longo do século XX, produzirão signos e símbolos impregnados de significados simultaneamente criativos e destrutivos. Ao mesmo tempo em que a atividade turística simboliza o uso e a apropriação (muitas vezes inadequada) de ambientes naturais e culturais, transfigurando-os em espaços de lazer e consumo, concentração de riqueza, especulação, segregação de espaços, degradação de ambientes, destruição de expressões culturais, exploração de trabalhadores, também simboliza o empreendedorismo, a conquista, a descoberta, o sonho.

A contradição é especialmente valiosa quando refletimos sobre a (in)sustentabilidade do fenômeno turístico nas sociedades contemporâneas. Tal reflexão torna-se gradativamente mais oportuna no contexto em que a atividade turística vem ampliando significados e éticas, ou seja, vem se libertando da imagem meramente econômica, passando a adquirir novas dimensões e transversalidades. Embora ainda de forma tímida e incipiente, é possível observar-se recente tendência de diálogo entre as políticas públicas para o turismo, especialmente com os campos ambiental e cultural. Tais observações propõem indagações para a nossa reflexão neste artigo: é possível definir indicadores de sustentabilidade para o fenômeno turístico? A atividade turística pode simbolizar nova compreensão de indústria, capaz de construir relações mais “ecológicas” entre os empreendimentos turísticos e o patrimônio cultural e natural em que estão inseridos? A reflexão sobre a atividade turística pode fazer rever os modelos mentais modernos e nos ampliar nosso repertório de imagens e símbolos, capazes de fazer perceber, de forma transversal, o fenômeno do turismo como criação de socialidades, atividade econômica, assim como repertório de imagens das sociedades?

Responder a essas indagações implica a compreensão de novas dimensões da atividade turística no século XXI. Os estudos acerca do “pensamento complexo” de Edgard Morin, (2003) assim como sobre as “estruturas antropológicas do imaginário” de Gilbert Durand, poderão servir de referencial epistemológico para penetração no campo do turismo mediante as perguntas anteriormente elaboradas. Ao refletir sobre o percurso das ciências até o século XX, Morin constata uma primeira grande distinção entre a cultura geral e a cultura técnica e científica. Enquanto a primeira é ampla e abraça tanto informações quanto idéias, a segunda compartimenta o conhecimento, tornando difícil sua contextualização. Utilizando-se de metodologia reducionista para conhecer (simbolizada pelo método lógico dedutivo que parte do todo para o conhecimento das partes que o compõem e da obsessão determinista pelas leis gerais em que se oculta o acaso, o novo, as exceções) o conhecimento científico moderno empobreceu o mundo, retirou o objeto pesquisado do seu contexto, rejeitando conexões entre ele e seu ambiente.

As Ciências Sociais percorreram o mesmo caminho, pois reduziram sua atuação ao calculável e formulável, abstraindo os objetos de pesquisa dos contextos sociais, históricos, políticos, culturais e ecológicos nos quais foram gerados. Por isso, a Economia, entre as Ciências Sociais, por ser matematicamente a mais avançada, é, na perspectiva humana, a mais atrasada das Ciências. De forma analógica, também estamos atrasados, relativamente aos estudos da disciplina do turismo, fatalmente “atropelados” pelos movimentos desarmonicos do planeta, frustrados com o caráter aleatório do mundo (Morin: 2003, 69-70).

Por outro lado, a Sociologia do Imaginário de Durand convida a criar conexões entre as sociedades do espetáculo, sociedades da proliferação das imagens, do crescimento das indústrias criativas e o fenômeno da transfiguração do turismo, ao longo das últimas décadas. Pelas imagens do turismo, podemos observar tendências sociais, esboçar traços do “espírito do tempo”, neste início de século, do retorno aos mitos, às artes, ao espetáculo, aos afetos, ao nomadismo das sociedades. Ora, não é exata-

mente com este repertório do *homo sapiens* que o turismo trabalha? Não carregariam, como afirma Jung, imagens universais do nosso inconsciente coletivo, que definem nossas reações e empatias nos lugares visitados? Enfim, uma viagem turística não é menos o consumo de produtos e serviços mas uma espécie de “trajetótipo antropológico” em que revisitamos a nós mesmos pelas narrativas, símbolos e ícones construídos pelo “outro”? Se a modernidade tem como grande símbolo a razão, a análise, a decomposição dos fenômenos para explicá-los, as sociedades contemporâneas, pelo contrário, vêm, pela imaginação, reinventar e reencontrar o mundo, ou melhor, buscando abraçá-lo (origem etimológica do verbo compreender), tomá-lo por todos os lados, de forma a percebê-lo não somente pelas ciências mas por outros caminhos: pelos afetos, pelos sentidos, pela memória, pelos mitos, pelas imagens.

Os estudos e pesquisas do fenômeno turístico seguiram a herança aristotélica da modernidade, ou seja, do pensamento bipolar não complexo, habituado à mera análise “causa x efeito” dos fatos sociais, sem buscar-lhes maior conexão e aprofundamento com outros campos do conhecimento. Se os novos tempos assentam-se sobre a multiplicidade e superposição de discursos que indicam a fusão e a (con) fusão entre antigas contradições (existência e intelecto, corpo e espírito, arte e vida, conquistas científicas e renascimento de guerras etnocêntricas e religiosas), vale avaliar em que medida os estudos turísticos foram submetidos, ao longo do século XX, às mesmas mazelas sofridas pelas Ciências Sociais. Mediante métodos, ora quantitativos, fruto de visões positivistas, ora empíricos, produto de visões fenomenológicas, parte significativa dos estudos turísticos também simbolizam a dicotomia do pensamento moderno diante dos dilemas entre explicação x compreensão do mundo.

É evidente que não subestimamos, nas sociedades mundializadas, as velhas contradições suscitadas pelas tradicionais relações capital-trabalho, tão presentes no século XX. Nesse contexto, o turismo, como área de conhecimento acadêmico e atividade econômica, se desenvolve, contribuindo para a proliferação de desequilíbrios sócio-espaciais de toda sorte. No plano das rela-

ões trabalhistas, observamos, na atividade turística, acentuada exploração do mercado de trabalho, pela elevada porcentagem de trabalhadores em meio período; grande porcentagem de trabalhadores temporários e ocasionais; intensa presença de mulheres com contratos de meio período, especialmente em hotelaria e restaurantes; escasso número de mulheres em cargos de maior responsabilidade; presença de trabalhadores estrangeiros ocupando cargos de maiores responsabilidades, nos países em desenvolvimento, em detrimento dos profissionais locais; pouca qualificação dos prestadores de serviços na hotelaria e em alimentos e bebidas; menores níveis de salários em relação a outros setores; maior exploração do trabalhador na jornada de trabalho; poucos trabalhadores sindicalizados e com algumas atividades com curto ciclo de vida. No plano geográfico, observamos impactos relativos às transformações do território, assim como repercussões sócio-antropológicas para as comunidades e sociedades. Nos países periféricos, o turismo produz “ilhas de prosperidade” em conflito com espaços marginais, fazendo emergir contradições, as mais diversas, especialmente de ordem social, cultural e econômica.

No Brasil, o turismo cresce e se consolida como atividade geradora de riqueza, tornando-se importante produto de exportação. No Nordeste brasileiro, no Ceará (estado emergente para o turismo nacional), o turismo ocupa o quarto lugar entre os produtos de exportação¹. No entanto, quanto mais se torna estratégia de desenvolvimento econômico, mais sua imagem é reduzida à dimensão mercadológica. O empobrecimento de significados para o setor pode ser percebido nos programas governamentais, nas práticas do chamado *trade* turístico, nos comportamentos dos empresários da cadeia produtiva.

As conseqüências do reducionismo são desastrosas para a atividade turística, nas perspectivas pública e privada. No espaço público, é o turismo como mero “negócio” reduzindo políticas públicas em meras ações de marketing. No espaço privado, a cadeia produtiva do turismo é estruturada nas mesmas bases das economias dos setores primário e secundário. Dessa forma, os projetos públicos e privados para o setor

turístico constroem-se pelos mesmos modelos mentais e mesmas bases semânticas fundadas na imagem do “turismo/mercadoria”, o que também ocorre nos discursos políticos, jurídicos e econômicos relativos às questões de sustentabilidade. Marcados pela vagueza e ambigüidade, os mesmos serão particularmente omissos, mostrando-se incapazes de normatizar e institucionalizar o campo turístico.

O crescimento da economia do turismo impacta diversos setores da economia, especialmente o imobiliário, simbolizado pela construção de mega empreendimentos hoteleiros e equipamentos de lazer que, por sua vez provocam danos ambientais, além do que contribuem, como já afirmamos, para concentrar riqueza, causando, conseqüentemente, disfunções e esgarçamentos do tecido social. Reações a esse quadro, no entanto, começam a acontecer pelos movimentos sociais, os mais diversos, que clamam por garantias jurídicas que definam critérios de responsabilidade social para esses empreendimentos. As forças sociais se estruturam em reação ao próprio modo de produção capitalista, que vive, de crises periódicas, pois as mesmas condições que proporcionam o crescimento do produto e da riqueza, do trabalho e do lazer, desencadeiam momentos de autodestruição, no movimento permanente de sustentabilidades e insustentabilidades. A imagem do mercado passa a simbolizar, gradativamente, espaço de instabilidades, uma espécie de “tabuleiro de xadrez” cujos vencedores e perdedores são indefinidos, circunstanciais e imprevisíveis.

As reações às ações, no campo turístico, originam estudos e pesquisas que elaboram novos discursos, por meio de novas imagens e de novas representações simbólicas a eles agregadas. As mais significativas, nas últimas décadas, se referem às conexões entre turismo e ambiente. Esse relacionamento se traduz no crescimento da legislação sobre o direito ambiental, assim como no surgimento de relatórios capazes de salvaguardar os impactos negativos do turismo em face do meio, tão comuns nas práticas do “turismo de massas”, marcado pelo caráter predatório, relativo ao trato irresponsável, com a natureza e a cultura. O desequilíbrio planetário resultante da progressiva degradação e destruição dos

recursos naturais, em razão da ação equivocada do homem sobre o ambiente, traz repercussões e modificações nas formas harmoniosas de construção do cotidiano de culturas tradicionais. A alteração das aspirações dos diferentes grupos sociais e comunitários e seus modos peculiares de viver foi drasticamente substituída pela imposição de novos padrões comportamentais, ameaçando a diversidade cultural e a vida no planeta.

Se os *resorts* simbolizam a acumulação e concentração de capital no setor turístico, as pousadas ou os pequenos hotéis podem simbolizar novas imagens de um turismo menos concentrador e mais solidário, menos pasteurizado e mais atento à diversidade cultural. O turismo não somente mapeia territórios mas cria territorialidades, pois define destinos, propõe roteiros, dando visibilidade a espaços até então “invisíveis”. Além de construir espaços simbólicos, a atividade turística tece rede extensa de pequenos negócios que, por sua vez, cria socialidades as mais diversas.

Neste sentido, o turismo suporta e ressignifica o trabalho, propondo-lhe lógicas menos especulativas e invasivas e mais abertas à diversidade e ao compartilhamento afetivo. Pela própria natureza, a atividade turística, pode, ao mesmo tempo, concentrar lucro, riqueza e renda, mas também criar oportunidades de ganhos aos trabalhadores e às comunidades mais pobres, visto que a tese incorpora a antítese; o contraponto, o ponto e a contraposição, a posição. A própria transfiguração da atividade turística dá indícios de que o turismo, como mera atividade capitalista voltada unicamente para o lucro financeiro, perde força, fruto dos impasses entre os limites do capital e a própria sobrevivência do homem no ambiente natural e cultural.

Não obstante o surgimento de novas mentalidades voltadas para o campo turístico, constatamos que, em pleno século XXI, as reflexões acerca da (in)sustentabilidade do turismo ainda estão impregnadas das imagens emprestadas pela ciência econômica e que, se os discursos ambientais passam a estabelecer-lhe novos limites, o mesmo não ocorre, na mesma proporção, no campo cultural. As políticas públicas entre turismo e cultura, na América Latina, especialmente no Brasil, pouco dialogaram até

aqui, não compreendendo que o patrimônio natural é também patrimônio cultural. O isolamento pode ser percebido pela pequena contribuição da cultura nos indicadores de (in)sustentabilidade para o setor turístico e do grande distanciamento entre os projetos de intervenção sobre a paisagem, em geral, realizados por ministérios e secretarias de infra-estrutura, apoiados por conselhos do ambiente, sem a participação dos conselhos de cultura. O discurso ambiental que vem se integrando às discussões sobre sustentabilidade do turismo necessita, por conseguinte, da contribuição do discurso cultural, ou seja, o próprio direito ambiental deve estabelecer relação dialógica com os “direitos culturais”, o que certamente contribuirá para indicadores de sustentabilidade mais transversais para o turismo.

A tendência de aproximação e do diálogo entre os campos da cultura e do turismo é, pois, fruto das sociedades ditas pós-modernas ou pós-industriais, as quais produzem novas representações sociais menos marcadas pelas imagens mercadológicas e mais voltadas aos valores culturais, às identidades, aos sentimentos de pertença, ao poder dos mitos e à carga de simbolismo dos indivíduos e das comunidades consideradas destinos turísticos. A nova mentalidade compreende a atividade turística como rica e diversa cadeia simbólica capaz de reinventar territórios, criar novas sociabilidades e estabelecer novas solidariedades.

Por uma ampliação dos significados do turismo

A atividade do turismo vem sendo historicamente associada aos modos de produção do trabalho industrial, comercial e financeiro, nos diversos mercados internacionais. Dentro dos paradigmas modernos em que foi significado, o turismo transfigurou-se e fragmentou-se. De lazer para as elites até tornar-se atividade massificada, transformada em mercadoria barata, invenção da sociedade de consumo, o turismo transfigurou-se, revelando, pelos significados e dilemas, a complexidade das sociedades contemporâneas.

Como produto moderno, o turismo sofreu da mesma “anemia semântica” do chamado “individualismo possessivo”. Finda a fortaleza do “eu”, nas últimas décadas do século

XX, surgem incertezas de ordens diversas. Ora, enquanto conhecimento que almeja o *status* de ciência, o turismo também exemplifica os discursos monoteístas promovidos pelo racionalismo moderno. Suas bases e fundamentos alimentam-se, desde origens, do campo moral do “dever-ser”, ou seja, são discursos que objetivavam construir uma sociedade com “s” maiúsculo, assegurando-lhe padrões normativos, regras de conduta, códigos fixos de ser e estar no mundo. Grande parte desses discursos foi se desmoralizando (referimo-nos ao sentido etimológico da expressão, ou seja, os discursos foram abandonando o campo da moral, por não serem capazes de prever, categorizar, normatizar ou sancionar a imensa diversidade dos comportamentos sociais). A desmoralização dos discursos sociais, políticos e jurídicos é perceptível por todos nós a olho nu, tornando-se espetáculos histriônicos a que assistimos diariamente pela televisão, lemos pelos jornais ou acessamos pela internet. O desencanto diante das grandes narrativas “explicadoras” do mundo é um sintoma sobre o qual devemos refletir. Nossa herança iluminista encontra-se em grande encruzilhada; necessitamos construir nossos modelos mentais, rever dogmas e convicções e, por que não fazê-lo pela análise do fenômeno turístico nas sociedades contemporâneas?

O mundo parece encontrar-se cada vez mais em todos, embora todos não se encontrem no mundo. Expressões como “capital social”, “desenvolvimento sustentável”, “desenvolvimento com cooperação”, “inclusão social”, “cidadania” estão presentes nos discursos públicos e privados e, de tanto ouvi-los e de tanto utilizá-los, temos a sensação de que, ao invés de nos sentirmos estimulados ao debate, à imaginação e à criatividade, temos mentes cada vez mais paralisadas. O resultado e o perigo dos discursos “globalizantes” é que, quanto mais progride a crise, menos capacidade temos de pensá-la, quanto mais nos submetemos à “economia global”, menos nos indagamos: afinal de contas, de que globalização falamos? No século em que o conhecimento, o ócio e o lazer tomam significados cada vez mais importantes, no cotidiano das sociedades, o turismo pode, graças à riqueza da carga simbólica, tornar-se campo especialmente fecundo para a compreensão das transfigurações do *homo-faber* ao *homo-ludens*.

Os significados do turismo ainda são essencialmente modernos, pois são originários do século XVII, com as principais teorias oriundas do período posterior à Segunda Guerra Mundial, submetendo-se às representações sociais suscitadas pelo imaginário moderno. Dessa forma, os discursos político, econômico e acadêmico chamam de “indústria” a atividade turística, com o objetivo de dar-lhe status de vigor e importância social. No discurso legitimador de “indústria”, o turismo abandona-se, ou mesmo, desqualifica-se suas imagens e símbolos de natureza antropológica ou cultural. Assim, enfatiza-se a imagem do turista como hóspede, consumidor ou cliente e o turismo como mera fonte de renda e divisas, subestimando-se a imagem do turista como protagonista cultural, alguém que estabelece trocas simbólicas com outros indivíduos.

Com o desenvolvimento das ciências e das tecnologias, cresce o tempo livre, fruto contraditório da ampliação do trabalho especializado, assim como do desaparecimento de determinadas profissões. As transformações do trabalho produzem ao mesmo tempo, grande contingente de multiespecialistas e um “exército” de desempregados, provocam maiores deslocamentos territoriais dos indivíduos, além do aumento do tempo dedicado às férias, movimentos migratórios, a banalização das viagens, a democratização do acesso aos meios de transporte, enfim, um cenário cada vez mais favorável à atividade turística. Se as inovações de Thomas Cook, em 1841, inseriram o turismo no mundo dos negócios, atividade beneficiada, cada vez mais, pela evolução dos transportes e do comércio de bens e serviços, esse movimento, levado ao paroxismo, mostra a atividade turística vítima das próprias contradições. Os processos massificadores da atividade turística produzem “não-lugares”, desterritorializam indivíduos e comunidades, com efeitos perversos à vida comunitária e social, gradativamente mais órfã de imaginários e destituídas de sentimentos de pertença.

Vale, portanto, repensar os modelos de desenvolvimento definidos ou praticados em países latino-americanos com grandes desigualdades como o Brasil. A desigualdade suscita desconfiança, assim como é produtora da lógica de distanciamento entre

grupos e estratos sociais. Desse modo, como habitantes de países em desenvolvimento, podemos perguntar: como reaver o capital social de comunidades excluídas, de ex-colônias submetidas à domesticação de suas culturas, despossuídas de auto-estima e de capacidade de mobilização? As perguntas referem-se não somente a continentes desiguais como a América Latina ou a África, mas dizem respeito a comunidades periféricas em todo o planeta.

As políticas públicas, na América Latina, especialmente no Brasil, ainda não construíram os necessários canais de intersecção entre os campos da cultura e do turismo, resumindo-se a compreender o turismo cultural como patrimônio cultural material (prédios e conjuntos tombados) e imaterial (festas e manifestações da cultura tradicional popular). No entanto, os consumidores da atividade turística começam a desenvolver novas éticas, demonstrando, graças às suas práticas, que os modelos mentais que produzem políticas e programas turísticos necessitam urgentemente de reestruturação. Os próprios turistas passam a exigir, de forma gradativa, um maior espectro, no que se refere à fruição das atividades. Ao mesmo tempo, vale enfatizar que, nas cidades, o lazer urbano vem sendo redimensionado.

Assim, as classes de menor poder aquisitivo vêm descobrindo o turismo social,² permitindo que as populações das regiões não direcionadas ao turismo global descubram novas formas de inclusão na cadeia produtiva do turismo e nos roteiros de visitação. Mais uma vez, constatamos que a dinâmica turística revela a complexidade social, a tensão complementar entre centro e periferia, entre incluídos e excluídos. Afinal de contas, nesses tempos nômades, repletos de contradições e de redundâncias, o que nos faz realizar atividade turística? Como deslocar-se em um mundo, no qual, quanto mais nos movimentamos, mais parecemos estar no mesmo lugar? E, por último, estas indagações: os discursos modernos acerca de sustentabilidade podem aplicar-se à atividade turística? As limitações de natureza ambiental/natural e cultural ameaçam o caráter econômico da atividade turística ou, pelo contrário, podem representar seu renascimento e ressignificação?.

Meio ambiente e desenvolvimento

O meio ambiente é significado e estruturado por diferentes discursos, produzidos pelas ciências, pelo senso comum, ou ainda pela normatização realizada pelos poderes legislativos. Alguns discursos, de escopo limitado, abrangem apenas as imagens, os símbolos ou as representações naturais, outros, mais abrangentes, referem-se ao meio ambiente como espaço social, econômico, cultural e político, ou seja, como espaço de interação entre os homens e a natureza e do homem com seus pares. O ambiente é o próprio espaço do turismo, seja natureza, campo ou cidade. Milton Santos (1997) o entendia como o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano.

O meio ambiente é, pois, o conjunto, em um dado momento, dos agentes físicos, químicos, biológicos, culturais e dos fatores socioeconômicos susceptíveis de efeito direto ou indireto, imediato ou a termo, sobre os seres vivos e as atividades humanas (Poutrel e Wasserman, 1977). A natureza, as praias, as cidades, os lugares visitados pelos turistas constituem o meio ambiente. Constituem ainda espaço complexo, pois contêm o ar, o solo, a água, as plantas, os animais e o homem, com todas as condições econômicas e sociais que influenciam a vida em geral. Desse ambiente, depende a vida, em especial, a vida humana. Nele estão todas as construções, máquinas, estruturas e objetos feitos pelo homem ou objetos geográficos, assim como sólidos, líquidos, gases, odores, cores, calor, sons, vibrações, radiações e ações resultantes das atividades culturais e naturais. Portanto, é constantemente impactado, exigindo cuidados, ponderações e novas abordagens acerca de significados e conexões.

Trata-se, enfim, de espaço geográfico simultaneamente natural, social, econômico, político e cultural, que contém todos os seres vivos em interação, um espaço político e não neutro, pois se encontra eivado de ideologias, conceitos e preconceitos. Nele se desenvolvem as atividades humanas, animais e vegetais, possibilitando condições para a dinâmica imbricada e complementar entre o natural e o social. Constituem, enfim, espaços submetidos a sucessivas transformações, com formas de apropriação e

usos variados. Não é o espaço absoluto da natureza infinita e passiva, mas o espaço relativo produzido e reprodutor de relações sociais, que também estão submetidas aos modos capitalistas de produção e de consumo.

O meio ambiente constitui, por último, território, alvo de políticas transdisciplinares e não somente ambientais. As questões ambientais ampliam-se para sociais, culturais e territoriais, incluindo as interações entre o homem, a comunidade e a natureza. Moraes (2002, p. 30) entende o ambiental para além de vetor reestruturador da lógica científica (a razão ambientalista como propõem alguns), ou seja, como mais um fator a ser considerado na modelagem do espaço terrestre. Entretanto a preocupação ambiental se dessacraliza, circunscrevendo um campo teórico mais restrito que o almejado pelas proposições holísticas. A redução ambientalista e a presunção holística acabam por gerar empobrecimento significativo, na análise dos processos políticos e econômicos do ambiente.

O modo de produzir e de consumir tem a natureza como recurso, portanto reduziu-a também à imagem de “mercadoria”, degradando-a até a exaustão, fazendo emergir, na pauta das discussões mundiais, as questões relativas à (in)sustentabilidade. Para o imaginário moderno, a natureza existe pra ser dominada pelo homem, para servir às suas finalidades, mesmo que acabe por comprometer a própria sobrevivência. Desde os meados do século XX, verificase o fortalecimento da consciência ambiental (incluindo o social e o político) de grupos que se solidarizam com pessoas de todo o mundo, exigindo mudanças comportamentais, produção ecologicamente correta, responsabilidade social das empresas e modelos alternativos de turismo.

Buscamos avaliar os empreendimentos por fatores, com a consciência de que o planeta é a casa de todos, a “consciência planetária” tão discutida por Leonardo Boff (1999), que diz respeito às habilidades, responsabilidades, atitudes e visão de mundo e do cosmo, responsabilidade diante do planeta e senso de cidadania. Capra (2003) acredita que a chave para tal definição operacional é a tomada de consciência de que não precisamos inventar comunidades humanas sustentáveis a partir do zero,

mas que podemos modelá-las, seguindo os ecossistemas da natureza que são comunidades sustentáveis de plantas, animais e micro-organismos. Uma vez que a característica principal da biosfera consiste na habilidade para sustentar a vida, uma comunidade humana sustentável deve ser planejada de maneira que as formas de vida, negócios, economia, estruturas físicas e tecnológicas não venham a interferir na habilidade inerente à Natureza ou à sustentação da vida. Mesmo que a natureza não ofereça modelos para todos os comportamentos sociais, como acreditam cientistas de visão crítica, todos são unânimes em admitir que a transição para um futuro sustentável ou uma sociedade sustentável se configura como postura política pautada em visão de mundo e de valores éticos.

As conceituações de meio-ambiente incluem e se aproximam cada vez mais dos significados da cultura, pois nele estão contidos ritos, mitos, as manifestações do cotidiano, a natureza, as cidades, o *habitat*, os saberes e fazeres, enfim, tudo que o homem cria ou dá significado, tudo o que constitui sua memória, o que lhe é imposto e também o que ele espera. Desse modo, meio-ambiente e cultura estão de tal forma imbricados, que a atividade turística não poderá produzir indicadores de sustentabilidade sem a compreensão de que, ao criar espaços de diálogo com a natureza, necessariamente os criará com a cultura, pois o turismo necessita do espaço geográfico, do ambiente entendido dessa forma mais ampla. Turistas buscam paisagens, cultura, patrimônio histórico, tudo que faz parte dos ambientes, dos lugares e territórios e de que essa atividade se apropria. É um tipo de consumo do espaço (natureza), portanto fazer turismo significa viver a própria natureza. Mesmo protegendo-a, é sempre uma atividade de risco que implica (in) sustentabilidade ou permanente controle das políticas territoriais ou ambientais.

Cultura e desenvolvimento

A conferência Geral da UNESCO, logo após o dramático atentado de 11 de setembro de 2001 formata a “Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural”. O documento ratifica o esforço dos países, na construção de um diálogo intercultural, capaz

de contribuir para a cultura de paz entre os povos, considerando a diversidade cultural, patrimônio comum da humanidade. Identidade, diversidade, criatividade, solidariedade são as palavras chaves dos novos tempos, presentes nos discursos internacionais, nacionais e locais, em contextos políticos, educativos, econômicos, jurídicos ou sociais.

Ao mesmo tempo, agências de desenvolvimento, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID passam a priorizar o financiamento de projetos, pela capacidade de mobilização do capital social e da dinâmica cultural, específicos das populações, às quais os projetos se aplicam. Ao se levar em conta a diversidade cultural, abole-se a concepção hierárquica do desenvolvimento, dando-se voz a populações que até então não constituíam parte integrante deste “capital social”. Vale aqui conceituar capital social a partir da visão de Pierre Bourdieu, ou seja, “um atributo individual e coletivo de distinção e, com isso, de domínio dos membros das categorias privilegiadas”. O capital social, segundo o sociólogo francês, se apóia no capital econômico (na segurança material), no capital cultural (no manejo do idioma) e no capital social (na constituição de relações). Esses capitais convertem-se, por sua vez, em capital simbólico, instrumento maior da garantia de sobrevivência dos discursos dominantes.

Em 1999, em Paris, o Fórum “Desenvolvimento e Cultura”, organizado pelo BID, traz novos significados a essas expressões. A cultura passa a ser percebida como matriz dinâmica das formas de ser, estar, relacionar-se e perceber o mundo. Deste modo, desenvolvimento significa pouco, se o reduzirmos seus significados a meras representações de benefícios infra-estruturais oferecidos às comunidades (saneamento, estradas, urbanizações etc.), mas de forma crescente ele está associado às reações e intervenções das pessoas atingidas por estes benefícios. Desenvolvimento, portanto, não significa unicamente geração de riqueza ou aumento do Produto Interno Bruto (PIB) dos países, embora o crescimento e a distribuição menos desigual da riqueza material sejam decisivos para a qualidade de vida dos indivíduos. Como se vê, desenvolvimento não se confunde com “desenvolvimentismo”, tônica da América Latina dos anos 50

e 60, presente no projeto militar brasileiro resultante do golpe de 1964.

Se os significados de Desenvolvimento submetem-se ao reducionismo da Ciência Econômica, no campo da Antropologia, os significados de Cultura também são reduzidos. Os estudos da “cultura”, assim como os de “desenvolvimento” fixaram e “congelaram” conteúdos e conceitos, criaram falsas oposições ao invés de se abrirem para novas percepções das experiências humanas.

Ao reconhecermos a natureza fluida da realidade e o distanciamento cada vez mais desconcertante entre as abstrações teóricas e as experiências humanas, no século XX, não queremos aqui defender o pensamento anárquico ou desestruturado para o século XXI. Pelo contrário, necessitamos rever mentalidade categórica e reducionista para que possamos identificar princípios geradores e estruturadores, externos a nós. Para compreendermos a complexa teia dos processos sociais, especialmente os de mais larga escala, necessitamos considerar a existência de interesses, instituições, agências e atores dos diversos campos sociais (Knutsson in Arizpe: 2001,140). Essas redes, sobre as quais se constroem as relações entre Cultura e Desenvolvimento, possuem especial complexidade no Brasil, país onde a fusão do arcaico e do moderno invalidam categorias sociológicas. É o caso da categoria “campo” de Pierre Bourdieu, a qual busca definir áreas de interesse profissional. No Brasil, os “campos” se sobrepõem, os indivíduos alternam papéis, vivem e convivem em diversas “constelações” que se territorializam e se desterritorializam, ao sabor de interesses, valores, crenças, hábitos e éticas. Ao tratarmos historicamente o desenvolvimento pela matriz econômica, subestimamos os papéis da cultura, enquanto espaço da produção de mitos, símbolos e metáforas, capaz de produzir novas categorias que, por sua vez, desempenhassem papel estratégico para a própria ressignificação do desenvolvimento.

“É preciso unir a memória de nossa cultura com a intuição de nossas ciências mais avançadas. Precisamos juntar a ciência da nossa modernidade mais moderna com o saber tradicional” (Rocha Pitta: 2005, 62). A advertência de Gilbert Durand poderia simbolizar a chave para novas conexões

entre Cultura e Desenvolvimento. No entanto, as reflexões do antropólogo francês não encontraram acolhimento digno de nota no pensamento ocidental, especialmente nas décadas em que os processos de globalização transformavam a criação, a transmissão, a apropriação e a interpretação dos bens simbólicos.

Na nova “paisagem cultural”, de intercâmbio intenso entre pessoas que criam, se apropriam e dão significado aos bens culturais, nosso olhar limitou-se à mera descrição dos fatos, mostrando-se incapaz de produzir exegese sobre os diversos mundos e suas narrativas. Não construímos, como desejava Durand, um novo modelo mental capaz de aproximar e fundir o moderno e o tradicional. A incapacidade, por sua vez produziu o colapso, um “beco sem saída” para o pensamento ocidental, simbolizado pelas narrativas apocalípticas sobre o “Fim da História”. Afinal, o desenvolvimento do homem seria um mito? O discurso da evolução do homem do estágio de barbárie à civilização seria insustentável? Se não conduzimos a História, acabemos com ela, disseram muitos, ou brademos o nosso desapontamento diante de nossas tentativas de explicar os fatos.

A utopia da sustentabilidade no turismo

A idéia de sustentabilidade surgiu em 1983, na Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento – Comissão Brundtland - CMMAD/ONU – com o relatório *Nosso Futuro Comum* – apresentando os princípios: Equidade social: direito de cada um (de todos) se inserir no processo de desenvolvimento, Eficiência econômica: gestão dos recursos econômicos e financeiros para garantir o funcionamento eficiente da sociedade e Prudência ecológica: a racionalização do consumo, usos de tecnologias limpas, definição de regras para a proteção ambiental. Portanto, há mais de duas décadas, se discute o tema, levantando algumas preocupações em relação à natureza e sociedade.

Sustentabilidade significa política e estratégia de desenvolvimento econômico, social e cultural contínuos, sem prejuízo do ambiente (inclusive dos recursos naturais) e do homem. Desse desenvolvimento, depende a continuidade da vida, da atividade

humana, da capacidade dos animais e das plantas de se reproduzirem ao longo do tempo. Sustentabilidade e capitalismo estão sempre em contradição, mas, tratados como pensamento complexo, podem abrir caminhos para a construção de um modelo cuja matriz permita não a oposição mas ação dinâmica entre as oposições. Consideremos, portanto, sustentabilidade um conceito complexo, no sentido em que abriga a objetividade que não deve excluir, de sua análise, o espírito humano, o sujeito individual, a cultura e a sociedade. Buscar variáveis para qualificar a sustentabilidade de um fenômeno significa criar consensos mas também pressupõe o antagonismo dos conflitos presentes nas diversas formas de o homem ser e estar no mundo.

Neste sentido, as variáveis e os próprios significados de (in)sustentabilidade são naturalmente abertos e passíveis a flexibilidades, adaptações, pois este conhecimento é fruto de uma cultura dada, a qual, por sua vez, alimenta-se do repertório de noções, crenças, linguagens etc. Por isso, categorizar o fenômeno de (in)sustentável significa, antes construir um pensamento capaz de detectar as falhas, as lacunas, as contradições de todas as tentativas de redução da própria categoria (in) sustentabilidade e sua impotência diante das tentativas de generalização e definição de leis gerais acerca dos fenômenos sociais.

Dessa forma, algo é sustentável ou insustentável pela compreensão, a priori, de que o objeto pensado (no caso, o fenômeno turístico) possui uma relativa autonomia, não sendo necessariamente determinado por forças específicas (no caso, os modos de produção capitalista). Desta forma, mitos e ideologias habitam os discursos e não mais se excluem, ou seja, para compreendermos as repercussões da (in)sustentabilidade do fenômeno jurídico necessitamos rever a estruturação do pensamento, da capacidade de pensar. Necessitamos ir além da racionalização que escraviza os objetos estudados buscando encerrá-los em sistema lógico e coerente.

Enfim, só avançamos na nova estrutura de pensamento, se aliarmos diversas competências relativas ao ato de conhecer. No caso da (in)sustentabilidade do fenômeno turístico, urge que acrescentemos novos olhares e contribuições de outros campos do

conhecimento humano. Pela própria constituição, o fenômeno se alimenta do conhecimento racional-empírico, associado à esfera simbólico-mítico-mágica, ou seja, no turismo é especialmente necessária a compreensão da dificuldade de permanecermos em conceitos claros, distintos, fáceis. Em face da constatação, podemos convocar os protagonistas do campo turístico a rever mentalidades, perceber que, tendo ou não status de ciência, não existem ciências puras, e políticas públicas para o turismo são menos o fruto de pesquisas quantitativas que de bom senso capaz de superar preconceitos e visões maniqueístas da vida social. Aí está o desafio aos governantes, empresários, planejadores, investidores, e, especialmente, as comunidades receptoras.

A "Carta da Terra" - documento da UNESCO - (2000) é uma tentativa de complementar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, agregando a dimensão planetária, partindo do princípio de que não adianta garantir os direitos humanos, se o planeta continuar em processo de devastação. (a questão é que estes direitos humanos não foram garantidos a todos) O grande desafio é a defesa do homem, de seu trabalho, de sua dignidade, da extinção das desigualdades sociais e o da conservação do ambiente onde se vive. O documento afirma que humanidade é parte de vasto universo em evolução. Que a Terra, nosso lar, está viva com uma comunidade de vida única. As forças da natureza fazem da existência uma aventura exigente e incerta, mas a Terra providenciou as condições essenciais para a evolução da vida. A capacidade de recuperação da comunidade da vida e o bem-estar da humanidade dependem da preservação da biosfera saudável, com todos os sistemas ecológicos, uma rica variedade de plantas e animais, solos férteis, águas puras e ar limpo. O meio ambiente global, com seus recursos finitos, é preocupação comum de todas as pessoas. A proteção da vitalidade, diversidade e beleza da Terra é um dever sagrado. E erradicar a pobreza é imperativo ético, social, econômico e ambiental.

A "Agenda 21", transformada em Programa, procura integrar as atividades relativas ao desenvolvimento e meio ambiente, ou seja, quer realizar o desenvolvimento sustentável, evitando o esgotamento da

natureza, e redirecionar as políticas. Alguns empresários, que entenderam os questionamentos, buscam agregar valor ambiental, cultural e social aos produtos, utilizando tecnologias brandas e políticas para diminuir impactos negativos, assumindo responsabilidade social, embora muitos outros permaneçam utilizando apenas a propaganda e o *marketing* da maquiagem verde para tentar passar imagem positiva.

Responsabilidade Social é o compromisso contínuo da empresa em adotar a ética do desenvolvimento social, sustentada sobre o tripé da qualidade de vida, inclusão social e respeito ao homem, à natureza e às gerações futuras. Nela, estão presentes a Responsabilidade Ambiental e a Responsabilidade Cultural. A Responsabilidade Ambiental não se limita ao compromisso voltado para a natureza (flora, fauna, ar e água), mas cada vez mais se funde com a Responsabilidade Cultural, no que se refere à compreensão estratégica dos recursos culturais, históricos e sociais para o desenvolvimento humano. Não se deve poluir a praia, o ambiente, assim como não se pode depredar o patrimônio histórico, os modos de vida e as culturas.

Em alguns empreendimentos turísticos, podemos encontrar exemplos indicativos de possibilidade de mudanças sociais diferentes dos modelos vigentes. Algumas iniciativas, em Fortaleza, capital do Ceará e quarta maior cidade do Brasil, indicam tendências animadoras para o exercício da responsabilidade social, caminhando na busca de iniciativas turísticas mais solidárias:

- Combatendo e denunciando o trabalho infantil nos empreendimentos;
- Capacitando trabalhadores de bares e restaurantes populares localizados no entorno dos grandes hotéis e *resorts*;
- Patrocinando empreendimentos culturais e de lazer popular;
- Combatendo a prática de esportes inseguros, oferecendo condição para aqueles passíveis de controle de segurança;
- Combatendo a displicência e a desonestidade praticada contra o turista;
- Ajudando a organização comunitária na luta por seus direitos e concretização da cidadania;
- Apoiando a realização de estudos, pesquisas e programas com objetivos de de-

envolvimento sustentável, de melhoria de ambientes, de recuperação ambiental;

- Discutindo a possibilidade de geração de oportunidades para os considerados excluídos do trabalho, da chamada cadeia produtiva do turismo;
- Tornando a qualidade de vida mais viável nas cidades, com políticas alternativas de habitação, de educação e de pequenos negócios;
- Participando da implementação local da Agenda 21 seguindo os princípios de sustentabilidade estabelecidos na Conferência Rio/92.

De algoz a protagonista de ações afirmativas, na proteção das cidades, paisagens, serras, litorais, sertões, enfim, de grande variedade de geossistemas ou espaços geográficos, os programas governamentais começam timidamente a criar políticas alternativas de turismo voltado à diminuição das desigualdades regionais, disparidades sociais, à conservação ambiental, à manutenção de lugares saudáveis. Dessa forma, vão integrando novos elementos para a (re)definição de variáveis relativas à reflexão acerca da (in)sustentabilidade das ações do turismo, os quais passam a observar ou a refletir sobre:

- Um novo paradigma para o desenvolvimento;
- Uma sociedade mais justa e solidária;
- As práticas do consumo;
- Aumento da consciência ecológica, da cidadania, da educação ambiental dos visitantes e visitados;
- A biodiversidade e diversidade cultural não como recursos produtivo, mas como patrimônios da humanidade;
- As formas compartilhadas de planejar e gerir com base local;
- A formação profissional voltada para o resgate da afetividade e da visão humanística;
- O comportamento ético das operadores e agências especializadas – comprometidas cada vez mais com a prática turística responsável;
- A construção de sistemas de promoção e *marketing* turístico adequada aos ambientes frágeis utilizados para o ecoturismo;
- O apoio às pequenas e médias empresas;
- A Proteção / conservação dos recursos naturais / culturais;

- O investimento em pesquisas científicas, voltadas ao turismo.

Tais iniciativas são mais ou menos eficazes em função das respostas culturais das sociedades nas quais são experimentadas. No entanto, mantêm-se enquanto utopias, como possibilidade, sonho e desejo de nos conhecermos mais, pelo conhecimento e reconhecimento dos limites do homem. Muitos movimentos socio-cultural-ambientais vêm propondo programas e ações neste sentido, como é o caso da coalizão globalizada de Organizações Não Governamentais, pautada nos valores centrais da dignidade humana, base de quaisquer projetos ditos sustentáveis. Em 1999, as organizações realizaram protestos ao modelo de consumo insustentável da sociedade capitalista, na reunião da Organização Mundial do Comércio, em Seattle. A “Coalizão de Seattle”, como foi chamado o movimento (paralelo ao da Organização Mundial do Comércio), é a luta por outra globalização. Trata-se de movimento global pela justiça social, pela busca da sustentabilidade social que vem realizando os Fóruns Sociais Mundiais, em Porto Alegre, Brasil. Todos os movimentos e encontros sistemáticos vêm estimulando o surgimento de contra-propostas políticas em busca de uma sociedade sustentável, para que se possa pensar na sustentabilidade do desenvolvimento, particularmente, por meio do fenômeno turístico. Os movimentos associam-se na busca de novas reflexões acerca das nossas relações com o mundo, e para conosco, que definem papéis, espacialidades, hierarquias e formas de dominação. Que essas reflexões perdurem, pois são especialmente necessárias aos destinos da América Latina, historicamente constituída de ex-colônias ainda hoje periféricas aos processos de mundialização econômica e, por isso, ciosas de novas alternativas para o desenvolvimento dos povos.

Bibliografia

AGENDA 21.

- 1992 Diário Oficial da União em 02/06/1992.
Arizpe, Lourdes (Org.)

2004 *As dimensões culturais da transformação global: uma abordagem antropológica*. Brasília: UNESCO.

Boff, Leonardo

1999 *Saber Cuidar. Ética do Humano – Compaixão pela Terra*. Petrópolis: Vozes.

Bourdieu, Pierre

1979 *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris, Les éditions de minuit.

Capra, Fritjof

2003 *As Conexões Ocultas: Ciência para uma Vida Sustentável*. São Paulo.

Carta da Terra

2000 Rio de Janeiro: Ibase - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

1991 *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Ed Fundação Getulio Vargas.

Coriolano, Luzia Neide M. T.

1998 *Do local ao global: O Turismo litorâneo cearense*. Campinas-SP: Papirus.

2003 *Turismo de inclusão e Desenvolvimento Local*. Fortaleza: FUNECE.

Coriolano, Luzia Neide M. T, Lima, Luiz Cruz (orgs.)

2003a *Turismo Comunitário e Responsabilidade Socioambiental*. Fortaleza: EDUECE.

2003b *Turismo e desenvolvimento social sustentável*. Fortaleza: EDUECE.

2004 *Turismo, territórios e sujeitos nos discursos e práticas políticas*. Tese de doutorado. Aracaju: UFS / NPGE. 295p.

Coriolano, Luzia Neide M.T, e SILVA, Sylvio Bandeira de M. e.

2005 *Turismo e Geografia: reflexões críticas*. Fortaleza: EDUECE.

Cunha Filho, Francisco Humberto

2006 *Cultura e Democracia na Constituição Federal de 1988*. Rio de Janeiro, Editora Letra Legal.

Dowbor, Ladislau

1998 *A Reprodução Social: proposta para uma gestão descentralizada*. Petrópolis: Vozes.

- Dupas, Gilberto
1999 *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra.
- Hermet, Guy
2002 *Cultura e Desenvolvimento*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Leitão, Cláudia (Org.)
2003 *Gestão Cultural: significados e dilemas na contemporaneidade*. Fortaleza, Banco do Nordeste.
- Lopes, Carlos
2005 *Cooperação e desenvolvimento humano: a agenda emergente para o novo milênio*. São Paulo: Editora UNESP.
- Maffesoli, Michel
2005 *O Mistério da Conjunção: ensaios sobre comunicação, corpo e socialidade*. Porto Alegre, Sulina.
- Mendes, Cândido (org)
2003 *Representação e Complexidade*, Rio de Janeiro, Garamond.
- Moraes, Antônio Carlos Robert
2002a *Meio ambiente e ciências humanas*. São Paulo: Hucitec.
2002b *Território e história no Brasil*. São Paulo: Hucitec.
- Morin, Edgar
1999 *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
2003 *Introdução ao Pensamento Complexo*. Lisboa : Instiututo Piaget.
- Poutrel, J. M. & Wasserman F.
1977 *Prise en compte de l'vironnement dans les procedures d'aménagement*. Paris: Ministère de l'Environnement et du Cadre de Vie.
- Rocha Pitta, Danielle Perin (org)
2005 *Ritmos do Imaginário*, Recife, Editora da UFPE.
- Santos, Milton
1979 *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes.
1988 *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec.
1994 *Técnica Espaço Tempo*. São Paulo: Hucitec.
1996 *A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção*. São Paulo: Hucitec.
1997 “O mundo, o Brasil e a globalização: o horror não dura eternamente”. *Rev. Rumos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro: n. 137. Jun.
- 2000 *Por uma outra Globalização: Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.
2002 *O País distorcido*. São Paulo: Publi-folha.
- Sodré, Muniz
1998 *Reinventando a cultura*. Petrópolis: RJ, Vozes.
- Soja, Edward W.
1993 *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria sócio-crítica*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar.

NOTAS

¹ O primeiro item de exportação é o calçado, o segundo os produtos têxteis e o terceiro a castanha de caju Depois do turismo são produtos de exportação: couros e peles, camarão, lagosta, frutas tropicais, confecções, ceras vegetais e ferro.

² Turismo realizado por trabalhadores, operários e assalariados.

Recibido: 13 de septiembre de 2007
Reenviado: 05 de marzo de 2008
Aceptado: 20 de abril de 2008
Sometido a evaluación por pares anónimos